

Justiça Lusitana

Era esse o nome da crónica que durante largos meses publiquei no final dos anos noventa. Com gosto e vontade de compartilhar com os meus leitores, limitava-me a reproduzir acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações, os quais me parecessem ter utilidade prática para todos nós. Contudo, um belo dia deparei-me com uma “cobarde” queixa nos órgãos da Ordem dos Advogados pelo facto de redigir semelhantes escritos. Quando a resposta veio, o ilustre queixoso percebeu que mais importante do que nos atacarmos uns aos outros, é efetivamente o dever que a toga tem de colaborar com o esclarecimento dos cidadãos. Mas não é sobre isso que vos pretendo escrever.

Às vezes perguntam-me o que acho da justiça em Portugal e dos seus vários intervenientes. E a minha resposta há muito que se encontra solidificada. Na família judicial poucos são os que trabalham como os magistrados judiciais. São igualmente os magistrados aqueles que, regra geral, mais sabem de Direito.



**POLÍTICA
RICARDO
PACHECO**
ADVOGADO

Posso seguramente garantir que sabem muitíssimo mais sobretudo em relação àqueles que passam a vida a tentar demonstrar que muito sabem. No entanto, na família judicial, o mais difícil dos desempenhos é efetivamente o dos advogados. E por uma série interminável de razões. São por exemplo os únicos que “pagam caro” se deixam passar os prazos. São os únicos que entrando em cena têm pela frente a oposição do colega representante da parte contrária, do cidadão representado pela parte contrária, da pressão do seu cliente que tem sempre toda a razão do mundo etc. Por fim, a justiça pura e simplesmente não seria nada sem o desempenho e labor de milhares de funcionários judiciais exemplares.

Escrevo tudo isto a propósito de um escrito que recebi de voz amiga e ultra qualificada. O escrito em questão insere-se numa das modas existentes em Portugal e que é o chavão de “bater” na Justiça portuguesa por tudo e por nada. Afirma-se que a mesma não é eficiente, que a capacidade de resposta

dos Tribunais é das piores da Europa. Que Portugal em termos de indicadores judiciais está na cauda da Europa. Até se diz que a má prestação dos Tribunais em matéria de eficiência e a demora dos processos em Portugal apenas são ultrapassadas pela Grécia (que ocupa a última posição), Eslováquia, Polónia, Croácia e República Checa.

Ainda recentemente em jornal nacional de projeção nacional se dizia que “Nos Estados da Europa Ocidental a taxa média da eficiência na resolução de processos civis está nos 6,9%, quando em Portugal fica pelos 4,7%”. Enfim..... Até já cansa tanta crítica fácil....

É certo que a Justiça portuguesa possui fragilidades e muita coisa a ser corrigida. Contudo, e enquanto os decisores e aplicadores do Direito estiverem vinculados a certas leis, a consideráveis constrangimentos de natureza financeira e bem assim à ausência de verdadeiras reformas de Estado, seguramente que muitos dos problemas continuarão a existir nesta, como em quase todas as outras áreas. ♦